

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 378, DE 2003

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado FEU ROSA

I - RELATÓRIO

Nos termos do disposto no artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Trata-se de Acordo extenso e detalhado, do qual convém destacar alguns pontos.

No preâmbulo, as Partes declaram que o presente Acordo foi firmado com o objetivo de melhorar a eficácia da lei de ambos os países, na investigação, ação penal ou processos relacionados a delitos de natureza criminal. O artigo 2 estabelece que os termos de assistência e demais procedimentos não constituirão impedimento a que uma Parte preste assistência

à outra com base em dispositivos de outros acordos internacionais aplicáveis, ou em conformidade com suas leis nacionais. Elas podem, igualmente, prestar-se assistência nos termos de qualquer acordo, ajuste ou outra prática bilateral cabível.

Para execução do Acordo, as Partes designam, no artigo 3, Autoridade Central para formular e receber solicitações relativas ao presente Acordo. No caso brasileiro, a Autoridade é o Ministério da Justiça. No coreano, o Ministro da Justiça.

O artigo 4 estabelece os casos em que a assistência pode ser negada: delito político; ameaça a interesse público essencial da Parte Requerida; perseguição por raça, sexo, religião, nacionalidade ou opinião política; conduta que não constituir delito na Parte requerida.

No artigo 5, ficam explicitados a forma e o conteúdo das solicitações. No artigo 7, é garantida a proteção da confidencialidade da solicitação. O artigo 12 regulamenta a transferência de pessoas sob custódia e o artigo 17 determina os procedimentos a serem observados quanto à localização, imobilização, confisco, custódia e transferência de produtos do crime.

Finalmente, o artigo 21 estabelece que o Acordo entrará em vigor mediante troca de instrumentos de ratificação. Estabelece, ainda, que as emendas, acordadas por consentimento mútuo, entrarão em vigor por meio de troca de notas e que a denúncia, efetuada por notificação escrita, terá efeito seis meses após a data da notificação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Após submetermos o presente Acordo à análise, nada encontramos que obste a sua aprovação pelo Congresso Nacional. Bem assim, concordamos com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, que descreve o presente instrumento internacional como extenso e detalhado, um mecanismo moderno que serve para agilizar o intercâmbio de informações e a assistência recíproca entre as Partes.

Cumprе destacar que o Brasil mantém acordos de assistência jurídica em matéria penal com pelo menos mais quatro países: Colômbia, Estados Unidos, França, Itália e Peru, a maioria firmada no final da década passada com entrada em vigor no início desta década. Em tramitação, encontramos, além do presente, acordos com a Ucrânia e a República Libanesa, ambos firmados em 2002.

Essas informações nos levam a concluir que a política do Ministério das Relações Exteriores parece ser a da expansão lenta, e ao nosso ver, refletida, deste tipo de compromisso internacional para outros países.

Findas as observações, nosso voto é pela aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado FEU ROSA
Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2004

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado FEU ROSA
Relator